

EDUCAÇÃO COMO UMA FORMA DE COLONIALISMO*

Maria Isaura Pereira de Queiroz

Relendo recentemente um trecho de Georges Balandier¹, sociólogo francês, em que o autor define o que entende por “situação colonial”, chamou-me a atenção a aproximação entre o que descreve Balandier e o que se passa no interior de várias sociedades, principalmente no que diz respeito à educação. A “situação colonial”, segundo o autor, apresenta-se quando relações de dominação político-econômica se estabelecem entre uma minoria estrangeira, materialmente superior, e uma maioria autóctone materialmente inferior, e também étnica e culturalmente diferente da minoria dominante; a partir desse momento, a história e a evolução da maioria autóctone ficam marcadas por esta e passam a se desenrolar em função dela.

Na situação colonial clássica, a sociedade colonizadora toma iniciativas em todos os campos, principalmente no econômico, apoiada numa tomada de posse política prévia. Metrópole e colônia passam a formar um sistema², constituindo um conjunto orgânico interdependente, cujos pontos de referência para a caracterização de cada uma das partes são as relações de dominação-subordinação desenvolvidas entre ambas. Do ponto de vista da metrópole, a colônia é um instrumento que utiliza em seu próprio benefício. Com esse intuito, busca formar uma infra-estrutura, introduzir novos equipamentos, visando explorar os recursos naturais e humanos; procura desarmar quaisquer veleidades de resistência; difunde na elite local os seus próprios interesses de colonizadora, transformando-a em colaboradora interessada; recruta mão-de-obra respondendo exclusivamente às suas necessidades econômicas; e, finalmente, “last but not least”, promove uma política educacional em sentido amplo que, utilizando tanto as escolas leigas quanto as missões religiosas, desenvolve nos colonizados o santo respeito pela indiscutível superioridade da metrópole e de seus representantes.

Do ponto de vista da colônia, a metrópole aparece sob duplo aspecto, de caráter ambivalente porque reúne elementos opostos e antagônicos, embora coexistentes. Toda colônia desenvolve para com a metrópole tanto relações de submissão quanto de ressentimento, estreitamente interligadas

* Publicado originalmente em *Ciência e Cultura*, 28 (12), São Paulo, p. 1433-1441, dezembro de 1976.

¹ Balandier, 1955.

² Sistema: conjunto de elementos, materiais ou não, que dependem reciprocamente uns dos outros, de maneira a formar um todo organizado. Lalande, 1972, p. 1096.

mas aparecendo em doses variáveis, sendo dominante ora a submissão, ora o antagonismo. Processos de adaptação estão, pois, sendo associados a processos de rejeição; comportamentos inovadores, nascidos da destruição de modelos tradicionais, se conjugam com pontos de resistência que se estribam nas estruturas e nos valores que os colonizados sempre consideraram como fundamentais. A educação, conscientemente dominada pela metrópole, passa a ser um instrumento voltado para a adaptação, cuja finalidade principal é destruir ou pelo menos amenizar os processos de resistência ou de recusa. O aprendizado de comportamentos autóctones ou de comportamentos contestatários não é considerado “educação”, e sim resistência do estado de barbárie, e é portanto reprimido.

Não esquecer que numa situação colonial, as relações de dominação-subordinação se estabelecem entre uma minoria étnica numericamente insignificante mas de superioridade material indiscutível, e uma maioria étnica numericamente volumosa, porém dotada de meios materiais rudimentares ou pelo menos medíocres. Dada a quantidade dos subordinados, a imposição pela força conhece limitações reais, já que esta não é suficiente para enquadrar totalmente a sociedade dominada; eis porque se recorre a outros meios mais sutis de imposição para os quais a educação vai ser o melhor auxiliar.

Um destes meios é o estabelecimento de segregação entre dominantes e dominados, que dificulta a assimilação entre eles; a situação de superioridade, no entanto, é apresentada como desejável e estimula-se o nativo para ela, embora rodeando-a de barreiras praticamente intransponíveis. O jogo de negações por parte dos colonizadores é apoiado numa série de pseudojustificações de sua hegemonia, consubstanciadas na difusão de noções de supremacia e de excelência, de que a melhor prova é o estado de desenvolvimento material em que se encontram. A tutela de direito ou de fato que a metrópole exerce sobre a colônia decorreria, de acordo com esta explicação, da “natureza excelsa” do colonizador, de sua “raça superior”, de sua “nacionalidade privilegiada”. E o desenrolar da história é invocado, mostrando que a posição de inferioridade da colônia é merecida.

Um outro meio de fortalecer a subordinação é a utilização das divisões materiais e espirituais da sociedade subordinada. Nenhuma sociedade, por mais rudimentar que seja, é homogênea internamente. Nas próprias sociedades tradicionais há superiores e inferiores; crenças religiosas, mitos, noções filosóficas dividem-nas internamente; sem falar nas grandes repartições com base na diferença sexual e nas classes de idade. A metrópole procura reforçar estes recortes internos, a eles acrescentando outros; passa, por exemplo, a separar os indivíduos “evoluídos” dos demais, dando aos primeiros um “status” de elite. São estes os que mais facilmente se conformam com o modelo do colonizador, e são opostos à coletividade mais vasta

à qual a aproximação para com o modelo está praticamente vedada; desta forma, os “evoluidos” constituem outros tantos instrumentos de dominação.

Finalmente, um novo meio de se conservar o poder está na formulação de preconceitos e de comportamentos estereotipados por parte do colonizador, a que vão corresponder outros criados pelo colonizado. O nativo é considerado um “atrasado” um “preguiçoso”, é “infantil” e até mesmo “pouco inteligente”. Nos primeiros tempos da colonização, o próprio nativo também constrói todo um arsenal de imagens de superioridade do colonizador. Porém pouco a pouco, sem que estas imagens desapareçam, o antagonismo, a oposição, a contestação, vão fazendo surgir novas ideias e noções; complexos de inferioridade se misturam a compensações de superioridade, formando a mistura ambígua e ambivalente que constituem os sentimentos do colonizado.

Toda situação colonial segue um processo em que períodos de latência da oposição dos nativos, alternam com períodos de conflito manifesto. Enquanto nos períodos de latência tendem a dominar os estereótipos de autodesvalorização por parte do colonizado, em contraposição à supervalorização que atribui ao colonizador, nos períodos de conflito manifesto invertem-se os preconceitos. O colonizador, porém, mantém e incentiva seus preconceitos de auto-supervalorização para com os colonizados, e esta atitude vai agravando cada vez mais o fosso que se cava entre eles, impedindo qualquer aproximação.

Em resumo, são estes os pontos principais de uma “situação colonial”, tal como a define Georges Balandier. As “situações coloniais” clássicas, florescentes a partir de meados do séc. XIX e que duraram até os dias atuais, eram sustentadas pela profunda convicção das nações ditas de “civilização ocidental” de que, com o desenvolvimento industrial, asseguravam o progresso contínuo da humanidade, em direção à perfeição social³. Diante da grande expansão científica e tecnológica em curso, os eufóricos “civilizados” acreditavam que realmente o mundo se encaminhava para uma racionalidade cada vez maior das organizações sócio-econômicas e políticas; e o atraso de certos povos fazia com que os mais adiantados tivessem por missão levar o progresso a estes. A exploração das riquezas dos países menos civilizados nada mais era do que o justo contra-dom para tudo o que traziam os colonizadores – dons materiais com a civilização das máquinas, dons espirituais com a difusão entre os selvagens de religiões e de códigos morais de alto nível.

Foram estas as crenças que impulsionaram e sustentaram as “situações coloniais” de que também esteavam o próprio desenvolvimento acelerado da ciência e da tecnologia. Elas impregnaram o colonialismo reinante.

³ Ver a excelente exposição de Morazé, 1957.

Mesmo quando, após a II Guerra Mundial, as “situações coloniais” clássicas foram deixando de existir, conquistando as antigas colônias sua independência os mesmos modos de pensar persistiram. Aparentemente se dera uma inversão importante: a minoria numérica dos colonizadores perdera o poder político para a maioria colonizada, e o colonialismo parecia em declínio. Restava, porém, uma das bases da situação, que se verificou então ser a principal – a base econômica, alicerçada no poder científico e tecnológico. Não se tardou em perceber que a “situação colonial” persistia insidiosa, com a mesma exploração das nações mais rústicas, com as mesmas consequências vantajosas para as nações “civilizadas”, e com o mesmo cortejo de preconceitos e de estereótipos. A elite nativa, criada, educada e formada pelos colonizadores, passando a ocupar dentro de seus países o lugar das minorias estrangeiras dominantes, permanecia verdadeira aliada destas, contra a massa de seus concidadãos ainda presos às civilizações nativas. Uma classe superior interna e autóctone tomou o poder, porém em geral continuou favorecendo a dominação econômica do antigo colonizador. A este fenômeno se deu o nome de “neocolonialismo”.

Se preferimos neste trabalho a definição de “situação colonial” a outros termos que também expressam a dominação de um povo sobre outro, como os de “imperialismo” e de “situação de dependência”, foi justamente devido a conservar todo o sentido cultural e a complexidade do que este encobre, que perdem os outros dois termos. “Imperialismo”, nome primeiramente dado à doutrina política inglesa que preconizava e justificava o estreitamento dos laços entre a dominadora Albion e os “territórios de ultramar”, estendeu-se em seguida a todas as tentativas de dominação econômica e política de um país sobre outros; são praticamente apenas estes aspectos os considerados, ficando em segundo plano os aspectos culturais. A noção de “situação de dependência” tem uma base preponderantemente econômica, deixando a política de figurar como um dos pontos importantes de referência; é nesse aspecto que se diferenciam principalmente “imperialismo” e “situação de dependência”, pois no primeiro caso política e economia estão profunda e indissolivelmente interligadas. O que distingue também a noção de “situação de dependência” é estar ela associada à superioridade científica e tecnológica das nações independentes sobre as dependentes; enquanto a noção de “imperialismo” adquiriu uma conotação atemporal, a noção de “situação de dependência” pressupõe uma certa época histórica, em que a economia de um país, ao se expandir, encontra apoio no desenvolvimento da ciência e tecnologia, ambas interligadas. Mas também neste caso não entram em linha de conta nem as estratificações sócio-econômicas internas das sociedades em presença, nem seus acervos culturais, nem as reações contra o colonizador.

Ora, a vantagem do conceito de “situação colonial” ou de “colonialismo”, tal como os define Balandier, está justamente em considerar como de primor-

dial importância a forma pela qual estão estruturadas metrópole e colônia, cada qual de per si, e a configuração que passam a formar quando se instala a situação descrita; além do mais, analisa-se o porquê da manutenção da estrutura de dominação-subordinação, admitindo-se que, tanto ou mais do que a potência material, os aspectos sócio-psicológicos e culturais contribuem para a persistência. Num momento como o atual, em que vários acontecimentos contemporâneos demonstraram o vigor com que povos ditos “coloniais” e atrasados repeliram as imposições de um país considerado científica, técnica e materialmente o mais forte e importante do mundo, e o conseguiram graças às suas peculiaridades estruturais, sócio-culturais e psicológicas, um conceito que abarca todos estes aspectos é mais eficiente para as análises sociológicas do que conceitos que acentuem apenas o poder material e a pujança científico-tecnológica.

Uma vez que nosso problema é a educação, e que a educação é um dado cultural – pois o conhecimento é condição necessária da cultura –, a abordagem que mais nos convém é aquela que dá ênfase aos aspectos culturais numa relação de dominação-subordinação entre sociedades, nações ou grupos. O termo educação pode ser tomado em sentido lato, consistindo num processo em que uma ou várias funções do homem ou dos animais se desenvolvem gradualmente pelo exercício, e se aperfeiçoam; em sentido restrito, a educação se volta principalmente para o desenvolvimento de uma ou várias funções, nas crianças, nos adolescentes, nos jovens, e também nos jovens animais, através sempre do exercício gradual e do aperfeiçoamento⁴. Em seu segundo sentido, a educação se exerceria somente durante um período da vida humana e animal – período que se chamaria “de formação”; atingindo a idade adulta, o indivíduo estaria “formado” e escaparia à ação educativa. Em seu primeiro sentido, porém, a educação é entendida como permanente, exercendo-se pela vida afora.

A diferença entre “educação” e “instrução” está em que este último termo significa a “ação de comunicar conhecimentos a outrem”; os conhecimentos podem se estender desde a instrução em exercícios físicos, até a instrução religiosa e filosófica, supondo sempre a existência de indivíduos conhecedores e não-conhecedores, e uma transmissão do saber dos primeiros aos segundos. Embora o processo de instrução não acarrete forçosamente uma situação de dominação dos indivíduos conhecedores sobre os ignorantes, há pelo menos uma aura de prestígio envolvendo os primeiros, que os segundos procuram adquirir se instruindo; isto é, pode não haver entre eles uma estrutura de dominação, porém existe uma hierarquia de prestígio.

Todavia o termo educação, mais amplo, não implica forçosamente na existência destes dois tipos de indivíduos, nem na transmissão de conheci-

⁴ Nossas definições são extraídas de Lalande, 1972.

mentos de uns a outros; a transmissão de conhecimentos ou instrução é uma das várias formas que a educação pode assumir, pois o próprio indivíduo pode, através do exercício de suas faculdades, se educar, – isto é, pode ele perfeitamente ser um autodidata. Educação é, pois, um processo que tanto pode ser alcançado através da ação de outrem sobre um indivíduo, quanto pela ação do indivíduo sobre si mesmo. Ela também ora é formal, ora informal; é informal quando o processo não é praticado nem por meio de instituições, nem de organismos próprios que dão um enquadramento ao seu desenrolar, mas ocorre imerso na vida cotidiana, e em todos os seus momentos. A educação é formal quando, ao contrário, instituições e organismos estão especialmente voltados para a sua promoção – o que, em nossa civilização, recebe o nome de “escolas” e de “cursos”. O sentido que estamos adotando neste trabalho é o sentido lato de uma educação que se faz pela existência afora⁵.

Quando analisamos atrás as definições de Georges Balandier sobre “situação colonial”, foi ressaltado o papel da educação como um instrumento de que o colonizador se serve para reforçar sua dominação, difundindo conhecimentos e juízos de valor apropriados a manter sua supremacia. Mas há também toda uma educação do colonizado, que, de forma velada ou não, se contrapõe à ação da metrópole. Isto é, toda ação colonizadora apoiada numa educação gera um anti-colonialismo que também se difunde através da educação. Num primeiro período da ação colonial, a educação como instrumento de reforço do poder da metrópole não encontra quase oposição; mais tarde vão despertando os colonizados para uma educação visando a luta contra o colonizador.

Mas não haverá outras situações de dominação-subordinação que se aproximem da “situação colonial” e nas quais a educação tenha a mesma importância como “instrumento domesticador” em prol do elemento que detém o poder? Dessas situações, pudemos distinguir as seguintes variedades: 1) sociedades reunindo internamente regiões tecnologicamente mais avançadas e outras mais atrasadas; 2) sociedades reunindo grupos sociocultural e etnicamente diferentes, em que um deles detém o poder sobre os demais; 3) sociedades hierarquizadas em classes; 4) divisão entre sexos, em sociedades de civilização ocidental; 5) divisões em classes de idade no mesmo tipo de sociedades⁶.

Georges Balandier, em sua obra, já fizera a aproximação entre a “situação colonial” e as relações de camadas-dominantes e camadas-domina-

⁵ Durante algum tempo, a educação formal se cingiu ao período da infância e da adolescência; hoje, com as novas noções de “educação permanente”, escolas e universidades se abrem para adultos e velhos. Ver Desroche, 1971.

⁶ Como é grande nosso desconhecimento do que se passa nos países comunistas e socialistas, não os englobamos nesta enumeração.

das, numa sociedade de classes; mostrou que, nos países capitalistas, as camadas inferiores apresentavam inúmeros pontos de contacto com a situação dos povos colonizados. Esta semelhança é patente no que diz respeito à educação; seja ela informal ou formal, é totalmente regida pelas classes superiores e pelos valores secretados por estas, constituindo um formidável elemento de defesa de sua posição de supremacia. Também como os países colonizadores, as classes hegemônicas nas sociedades capitalistas mostram às classes inferiores, como alvo de todo desejável a ser atingido, a elevação às posições superiores, multiplicando no entanto os obstáculos em seu caminho, de forma a tornar o objetivo quase inatingível.

O fato de alguns indivíduos transporem as barreiras é ressaltado como prova de que a ascensão sócio-econômica e política realmente se opera; na verdade, a massa não tem tais possibilidades. Por outro lado, os que ingressam nas situações superiores, abandonando a situação de inferioridade, passam a agir da mesma forma que a “elite colonizada” de que fala Balandier, isto é, transformando-se em apoio para a camada superior. A educação é formulada inteiramente de acordo com as valorações da minoria hegemônica; a coletividade inferior é induzida a considerá-las como “os valores supremos”, e a desprezar aqueles que lhes são peculiares, que são ressentidos como sinais de atraso. A especificidade de sua existência enquanto ampla coletividade de nível inferior, com suas dificuldades e suas características, não entra em linha de conta a não ser como “folclore” quando são propostas medidas em seu favor; a seu respeito são formulados somente juízos negativos ou juízos que inculquem a validade da subordinação. A tal ponto que mesmo em países em que o proletariado urbano possuía no passado uma consistência cultural que lhe era própria, como nos países da Europa Ocidental, foi esta praticamente anulada com o correr do tempo, substituída por valores oriundos da burguesia e de suas preocupações com o consumo, com evidente perda de identidade para as camadas inferiores. É muito raro que valores oriundos das camadas inferiores encontrem guarida no arsenal construído pelas camadas superiores, que assim reforçam sua posição de mando.

Entre as camadas superiores, englobamos as elites intelectuais, as quais constituem em todos os países de civilização ocidental as guardiãs da filosofia e da ética – filosofia e ética geradas dentro de um esquema de superioridade das minorias endinheiradas relativamente às massas de médios haveres. Em todos os países de civilização ocidental, a distinção entre os tipos de trabalhadores parece ter sua origem no sistema dualista que Mencius, filósofo chinês do IV séc. antes de Jesus Cristo propusera como ideologia para a ordenação do seu país: “Dos homens, uns se entregam aos trabalhos da inteligência, os outros ao trabalho do corpo. Os que se aplicam aos trabalhos da inteligência governam, os que trabalham com seus braços são governados. Os que trabalham com seus braços alimentam aqueles que

se aplicam ao trabalho da inteligência”. Na verdade, sempre e por toda a parte, no ocidente, foi necessária uma certa disponibilidade econômica para se poder alcançar as alturas do saber, havendo assim, graças ao dinheiro, uma aliança estreita entre as camadas elevadas e os grupos detentores do conhecimento. De há muito sabem os sociólogos que o caráter geral de uma sociedade formada por camadas sociais opostas, tende a ser colorido pela maneira de ser e de pensar daquela que ocupa a posição dominante. Assim o reconheceu Balandier, ao estudar a “situação colonial”, assim o encontramos ao estudar uma sociedade de classes organizada à moda ocidental. Eis por que o saber tende a apresentar traços marcantes de esoterismo, em tal tipo de sociedade, – esoterismo dentro do qual os filhos das camadas privilegiadas se sentem à vontade, e que serve de barreira contra os filhos das camadas inferiores. Cortados do contacto com as coletividades inferiores, os intelectuais não podem senão construir sistemas de conhecimentos também desligados destas, e que servem de reforço ao poderio das camadas hegemônicas.

É interessante verificar que também neste caso, como já se observara com relação à “situação colonial”, as performances científicas e tecnológicas submergem todo o processo educacional; são apresentadas como conquistas das camadas superiores, que nelas despenderam parte importante de seu capital financeiro, que nelas empenharam todo o seu capital intelectual; são tidas como provas gritantes da superioridade das elites sobre as coletividades inferiores. E da mesma forma que a metrópole o fazia para com a colônia, também as camadas dominantes anunciam eufóricas que o desenvolvimento sócio-econômico desembocará numa sociedade universalmente justa. Como se vê, o processo educacional formal e informal, nas sociedades estratificadas em classes sociais, desempenha o mesmo papel de “domesticação” que numa “situação colonial”.

Resta examinar a reação das camadas inferiores diante das imposições culturais das superiores; no caso das sociedades coloniais, houve sempre repulsa e aceitação em dosagens diversas, e os comportamentos se mostraram francamente ambivalentes. No que diz respeito à situação de dominação numa sociedade internamente estratificada em classes, a aceitação é claramente dominante sobre a recusa. O condicionamento das camadas inferiores é de tal ordem que, embora apontem os graves defeitos da estrutura sócio-econômica e política em que estão inseridas, a condenação não alcança os aspectos culturais, ou os alcança muito de leve. Noutras palavras, em lugar das camadas inferiores reivindicarem que, nos programas educacionais, os costumes e valores que lhes são próprios encontrem um respeito igual ao que é manifestado para com costumes e valores das camadas altas, ao contrário pautam suas exigências segundo uma ideologia intelectualista e intelectualizante que se origina nas camadas que justamente se propõem combater. As reivindicações mais revolucionárias e violentas

se revestem de aspectos em que sutilmente se insinua o charme discreto da burguesia, com sua erudição livresca, sua admiração incondicional pela ciência e pela tecnologia, a grande importância que atribui à racionalidade e à eficiência como valores em si, seu esteticismo, seus valores morais e religiosos.

Estamos longe da maneira de agir dos povos colonizados, que, embora aceitem aspectos da cultura ocidental, transformam também em bandeira da luta traços característicos de sua própria civilização, para se distinguirem cultural e intelectualmente dos dominadores. Mesmo quando esta atitude é mais de fachada, o próprio fato de existir e de ser arvorada como valor essencial determina modificações naquilo que os colonizados adotam dos colonizadores. No que diz respeito às camadas inferiores de uma sociedade de classes, este fermento parece inexistente, valores intelectuais e cultura dominante não são postos em dúvida e são aceitos como supremos. A alienação das camadas inferiores, diante da hegemonia das superiores, é ainda mais profunda e enraizada do que a dos povos colonizados diante do colonizador.

Um segundo caso que nos propusemos abordar, no que diz respeito à educação como forma de colonialismo, é o da supremacia dos adultos, em nossa sociedade, sobre crianças e jovens de um lado, e velhos do outro. Quer se trate da educação informal, quer se trate da educação formal, é ela sempre formulada a partir da posição de dominação dos adultos sobre as outras três categorias. Existem ainda hoje sociedades em que os velhos constituem a camada dominante, e a educação se faz a partir dos valores que encarnam, a camada subordinada sendo composta pelos adultos e pelos mais jovens. Também existem sociedades em que a definição de “adulto” é feita em nível de idade diferente do que se dá entre nós, os jovens e os adolescentes sendo englobados nessa camada desde que consigam vencer certas provas; isto é, nestas sociedades a fase adolescente e juvenil por assim dizer desaparece, restando somente crianças, adultos e velhos. Mesmo que os velhos, neste caso, detenham a autoridade, os jovens se encontram incluídos numa categoria que não está totalmente afastada do poder, e na qual se apoiam os velhos.

Mas no mundo atual, estes tipos de sociedade se tornaram raros e tendem a desaparecer; quase por toda a parte, e principalmente no mundo ocidental, são os adultos que ocupam a primeira plana e suas funções são nitidamente de camada dominante; são eles que ditam as normas educativas, construindo a educação formal e orientando a educação informal. Noutras palavras, são eles que definem os valores fundamentais da educação em seu sentido tanto amplo quanto restrito, são eles que estruturam a imagem do homem que jovens e crianças se esforçarão por realizar. Arrogam-se tal direito justificando-o pela experiência e soma de conhecimentos de que dispõem; os jovens, estando ainda em período de formação, devem ser tutela-

dos e permanecer em nível de nítida inferioridade diante dos mais velhos. Quanto aos anciãos, embora tendo mais experiência do que os adultos, o embotamento de suas faculdades não lhes permitiria, dizem, colaborar de maneira útil na tomada de iniciativas e decisões, suas deficiências físicas os tornariam profissionalmente ineficientes; não são gente, são ruínas.

Também aqui – como no caso das classes sociais e da “situação de dependência” –, a base da dominação é preponderantemente econômica e serve para justificar o aspecto que chamaríamos de “político”, referente ao exercício do poder: os adultos, na força da idade, são os produtores por excelência, diante deles devem se dobrar velhos, jovens e crianças. Um conjunto de estereótipos e de comportamentos condicionados apoia esta maneira de ver. Os inventores, os grandes especialistas, são indivíduos na plenitude da expansão de suas forças – é o que comumente se acredita; e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia exige que eles ocupem os primeiros lugares; os mais velhos poderão quando muito trabalhar na administração e na burocracia em níveis inferiores, e os jovens cuidarão de sua formação para chegar um dia à posição dos adultos. Como na “situação colonial”, uma segregação separa a categoria dominante, os adultos, de todas as outras categorias; e os poucos elementos destas últimas que conseguirem se englobar na categoria dominante, ou nela conseguirem se manter, são as grandes exceções que confirmam a regra. Um Pablo Picasso, a labutar prestigiado além dos 90 anos, acontece uma vez num século.

Não percebem, porém, os adultos que numa sociedade como a nossa, de transformações rápidas, há defasagem entre sua maneira de ver e de agir e o estágio em que a realidade se encontra. A vivência em que se apoiam para justificar a dominação sobre os jovens data de pelo menos 15 anos; e educação que receberam foi, por sua vez, ditada por adultos também atrasados pelo menos 15 anos relativamente à sua época, – e deste modo, sua formação foi orientada por valores, ligados ao passado, valores pelos quais pautam suas ações e constroem as normas educativas dos jovens. Ora, os jovens só atingirão a plenitude da ação uns 15 anos depois, e carregarão consigo então, para os problemas que deverão resolver, soluções influenciadas por valores que datam de uns 45 anos. É por isso que o sociólogo Henri Janne, que se preocupa com a questão da educação, escreve numa de suas obras: “os homens que hoje têm menos de 30 anos estarão, em sua grande maioria, em plena atividade no início do terceiro milênio. Fornecerão assim em todos os domínios os quadros dirigentes. (...) Isto quer dizer que a formação de base da geração responsável pelo ano 2000 *está já constituída*, com todas as lacunas e todas as insuficiências que se lhe confere”⁷.

⁷ Janne, 1971, pág. 73; o grifo é do autor. Ver também Pereira de Queiroz, 1971.

Dentro do esquema existente atualmente, o sentimento de importância dos jovens vai se avolumando com a barreira estabelecida pelos adultos à sua participação em programar. Os jovens adultos, incluídos recentemente na categoria, são em geral os mais ferozmente desejosos de manter a segregação, de exercer uma tutela mais rígida, exibindo assim sua inclusão do outro lado do fosso, e não podendo mais ser confundidos com os tutelados: atitude semelhante à da “elite” nativa quando incorporada pelos colonizadores ao núcleo dominante. Se os jovens segregados se sentirem levados a formas de contestação, estas serão reprimidas, reforçando-se a imagem do jovem como o destruidor por excelência, sem nada trazer em troca... Preconceitos e comportamentos estereotipados se associam, pois, ao sentimento de superioridade da categoria dominante, no mesmo sentido do quadro descrito por Balandier.

Estamos aqui diante de preconceitos provavelmente mais arraigados ainda do que os manifestados pelo colonizador diante do colonizado. Principalmente em países como o nosso, de grande quantidade de população jovem, necessitam os adultos de uma defesa que se oponha à maré crescente daqueles que, numericamente, poderão suplantá-los; e a defesa é arguir contra a inexperiência e o borboleteamento dos jovens, despreparados para trazer qualquer contribuição válida às programações necessárias, educacionais ou não.

A atitude dos jovens é semelhante à das camadas inferiores; ambivalência, ambiguidade, mas tem um colorido mais vigoroso, atualmente. Com uma agravante: a camada adulta dominante não é composta de estranhos ao seu mundo, muito pelo contrário, é formada por seus pais, seus mestres – gente de sua intimidade, pela qual em geral tem afeição. Sendo muito mais fácil desenvolver comportamentos de antagonismo para com estranhos, a oposição dos jovens conseqüentemente se torna mais agressiva, mais contundente, a desconfiança que os separa dos adultos é mais profunda. No entanto, por isso mesmo que a afeição está figurando nesta situação, a dose de conformismo também é maior. Estamos, pois, diante de um conjunto de comportamentos que vão desde uma agressão declarada contra o grupo dos adultos, até a mais total aceitação de seus valores e de sua dominação; nas formas intermediárias, é patente o complexo de culpa que as gera, e que se exprime em diferentes formas de fuga de encarar a questão: fugas para os entorpecentes, fugas para a filantropia (engajamento em projetos Rondon, por exemplo), fuga para religiões exóticas.

Mas mesmo quando os adultos concedem em aceitar a contribuição dos jovens, os entendimentos são difíceis. Os adultos não estão habituados a despir suas atitudes paternalistas e a considerarem os jovens em pé de igualdade; quanto a estes, estão de sobreaviso e sempre inclinados a interpretar as aberturas que julgam divisar, como outras tantas ciladas que os remeterão novamente para posições inferiores. Tais relações são hoje característi-

cas das que têm lugar entre professores e estudantes, no interior das universidades; porém tendem a se apresentar de forma idêntica noutros meios, onde quer que adultos e jovens se achem reunidos para uma ação em comum. É todavia no meio universitário que parecem se apresentar com maior nitidez, a tal ponto que se pode duvidar de serem as universidades, tal qual permanecem organizadas nas sociedades ocidentais, os melhores instrumentos para a transmissão ampla de conhecimentos.

Os dois exemplos que analisamos com mais detalhe justificam nossa afirmação de que as situações de dominação-subordinação descritas por Georges Balandier ultrapassam o âmbito colonial em que foram analisadas, podendo se encontradas no interior de sociedades como a ocidental, em que abundam as estratificações e os desníveis com base em fatores diversos como economia, instrução, profissão, idade etc. Casos aparentemente tão diversos estão todos reunidos pela mesma estrutura de base que apresentam, uma estrutura de dominação em que grupos minoritários exercem o mando sobre uma massa considerada inferior. Em todos eles, este tipo de estrutura forma uma ideologia que poderíamos denominar de “colonialismo”; fabricada ao nível da camada dominante, e favorecendo a esta, embebe as camadas dominadas. A educação tanto informal quanto formal constitui ao mesmo tempo parte dessa ideologia, e instrumento privilegiado para a difusão dos valores dos grupos dominantes no seio dos grupos dominados. Como a educação é sempre normativa, aparece como parte da ideologia na medida em que ressalta a primazia indiscutível de saber, conhecimentos, valores éticos gerados pela camada dominante, inculcando nos grupos dominados as regras de um jogo que reverte sempre em reforço dos superiores. Isto é, a educação nunca é neutra, e a tendência maior é para revestir as cores dos grupos dominantes.

As consequências no campo do próprio saber são importantes. Uma tendência à homogeneização cultural se avoluma, todos os grupos sendo levados à admissão dos mesmos valores de base e da mesma visão do mundo, com evidente empobrecimento cultural. Esta consequência é geral; porém os povos coloniais, ao caminharem para a independência, revalorizam sua própria cultura, transformando-a em símbolo de suas reivindicações, e por isso mesmo revitalizando-a, embora reinterpretando-a. As classes inferiores e os jovens não encontram as mesmas razões para defenderem uma cultura que lhes é peculiar, e que, embora exista, não é tão marcadamente diferente da cultura das camadas superiores. A anulação das divergências culturais é, neste caso, muito mais forte, dificultando a expressão autêntica de classes inferiores e de jovens, – expressão considerada de nenhuma, ou de muito pouca valia. O curso da história, tal qual o vemos se desenrolar atualmente, parece indicar também que mais depressa se apaga a cultura das camadas inferiores do que a cultura dos jovens, na sociedade ocidental.

Provavelmente porque a auréola de que se rodeia o saber, constituído pelo crescimento do acervo técnico-científico, age com mais vigor sobre estas camadas, levando-as a duvidar mais profundamente das virtudes de seu próprio saber e de seus próprios valores. Quanto aos jovens, a oposição mais veemente que os vemos manifestar, orienta-os para colocar em dúvida a própria excelência da ciência e da tecnologia, – dogma dos adultos⁸.

Exprimindo uma forma de colonialismo no interior da própria sociedade ocidental, a educação aliena de si mesma toda contribuição vinda das camadas inferiores e dos jovens, tornando-se cada vez mais expressão das camadas superiores e dos adultos, e avolumando-se também seu caráter homogeneizador. Ora, de há muito sabem sociólogos e antropólogos que o enriquecimento sociocultural jorra das diferenciações e não das identidades...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALANDIER, Georges. *Sociologie actuelle del'Afrique noire*. Paris: PUF, 1971.
- DESROCHE, Henri. *Apprentissage en sciences sociales et éducation permanente*. Paris: Editions Ouvrières, 1971.
- JANNE, Henri. *Le temps du changement (Une image de la société, une option politique pour l'an 2000)*. Belgique: Ed. Marabout Université, 1971.
- LALANDE, André. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- MORAZÉ, Charles. *Les bourgeois conquérants*. Paris : Armand Colin, 1957.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Estruturas sociais e econômicas do ano 2000. *Cadernos*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 4, São Paulo, 1971.

⁸ Este dogma está começando hoje a ser contestado também pelos próprios cientistas, embora as observações iniciais se tenham originado entre os jovens. Somente as motivações foram diversas: enquanto os jovens chegavam à dúvida por colocarem em questão a sociedade em que vivem, os cientistas chegam à dúvida por verem desfeita sua crença de que haviam conseguido domesticar a natureza. As consequências também são divergentes: os primeiros pedem a transformação da sociedade; os segundos, maiores recursos para pesquisas que venham corrigir as falhas...

